

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Hélio Rodak de Quadros Júnior

O mote “Cidade Ameaçada” e a disputa pelo espaço urbano em Florianópolis

Florianópolis

2021

Hélio Rodak de Quadros Júnior

O mote “Cidade Ameaçada” e a disputa pelo espaço urbano em Florianópolis

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Teresa dos Santos.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra

Quadros Júnior, Hélio Rodak de

O mote "Cidade Ameaçada" e a disputa pelo espaço urbano em Florianópolis / Hélio Rodak de Quadros Júnior; orientador, Maria Teresa dos Santos, 2021.
53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Cidade ameaçada. 3.
Ideologia. 4. Ocupações Urbanas. I. Santos, Maria
Teresa dos. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Hélio Rodak de Quadros Júnior

O mote “Cidade Ameaçada” e a disputa pelo espaço urbano em Florianópolis

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 29 de setembro de 2021.

Prof.^a Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Maria Teresa dos Santos, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Tânia Regina Krüger, Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Maria Inês Sugai, Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todos aqueles e aquelas que lutam pelo direito à moradia em Florianópolis.

AGRADECIMENTOS

Na obra *Caminhos do Coração*, Gonzaguinha diz que “aprendi que se depende sempre de tanta muita diferente gente, toda a pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. Penso que esta monografia represente um conjunto de diversas lições diárias junto a tantas pessoas, um universo tão grande cuja uma parte bem pequena conseguirei contemplar aqui, nesta seção de agradecimentos.

Começo pelos meus familiares, minhas mães e meus pais, os de sangue, Ivone e Hélio, e os de criação, Laize e Ronaldo; minha irmã Aline; e minha companheira e esposa Gabriela. Todos eles me incentivaram muito a dar este passo de fazer a Graduação em Serviço Social, desde 2015, e perseverar nela até sua conclusão. Ainda que ele não possa estar comigo neste momento, saúdo a luta e a memória de meu tio Ivo Rodak, um trabalhador brasileiro vítima fatal da COVID-19 e das injustiças que assolam este país.

Agradeço as diversas assistentes sociais que encontrei ao longo dessas andanças, cuja dedicação e solidariedade me serviram de inspiração na caminhada: Rosana Prazeres, Selma Gomes, Tânia Krüger, Marina Darroit, Dilceane Carraro, Claudemir da Silva, Rúbia Ronzoni, Robson de Oliveira, Andréa Fuchs, Bruno Grah, Deidvid Abreu, Fabiana Negri, Beatriz Paiva, Eliete Vaz, Luciana Zucco, Felipe Candin, Maria Eduarda Coelho, entre outras tantas pessoas que me ensinaram que não se é Assistente Social sozinho, mas sim nessa relação dialética com outros.

Por fim, faço um recorte à assistente social e Prof.^a Maria Teresa dos Santos, que não apenas me acolheu e me orientou academicamente, mas com quem tive a honra de formular uma série de reflexões sobre a atualidade das ideias de Marx e Engels na disputa por um “pedacinho de terra” em Florianópolis.

“Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente o capitalista lamente a escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis, e o capitalista global, o Estado, também não fará mais do que isso. Quando muito, tomará providências para que o grau de dissimulação superficial que se tornou usual seja aplicado em toda parte do mesmo modo.” (ENGELS, 2015)

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar o mote “cidade ameaçada”, discurso fortemente propagado em 2020, que trata como um perigo à cidade de Florianópolis as ocupações urbanas e as construções irregulares dentro de seu território, em especial aquelas instaladas sobre os morros. Utilizou – se da pesquisa documental a partir de bibliografia que versa sobre moradia, urbanização, ideologia e Estado; e documentos como leis, projetos de lei, entrevistas e jornais locais relacionados ao assunto. Ao longo de suas três seções principais, foram discutidas a historicidade do processo de expulsão de trabalhadores da área central da ilha e suas proximidades, o papel do Estado na contenção e repressão às ocupações urbanas e às moradias improvisadas, e a disputa pelo espaço urbano no âmbito na ideologia e na construção de narrativas que legitimem o tratamento do problema de escassez de moradias para trabalhadores como combate ao crime organizado. Como principais resultados, constatou-se que a falta de moradias para trabalhadores nesta capital catarinense e que o elevado custo de seus imóveis não se trata propriamente de uma crise, mas, antes, de um projeto de cidade, construído ao longo de décadas, em favor de uma determinada classe de possuidores e dos seus interesses.

Palavras-chave: Serviço Social. Cidade ameaçada. Ideologia. Ocupações Urbanas.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the motto “threatened city”, a discourse strongly propagated in 2020, which treats urban occupations and irregular constructions within its territory as a danger to the city of Florianópolis, especially those installed on the hills. Documentary research was used from bibliography that deals with housing, urbanization, ideology and the State; and documents such as related laws, bills, interviews and local newspapers. Throughout its three main sections, it was discussed the historicity of the process of expelling workers from the central area of the island and its surroundings, the role of the State in containing and repressing urban occupations and improvised housing, and the dispute for urban space in the scope in the ideology and in the construction of narratives that legitimize the treatment of the problem of shortage of housing for workers as a fight against organized crime. As main results, it was found that the lack of housing for workers in this capital of Santa Catarina and that the high cost of its properties are not exactly a crisis, but rather a city project, built over decades, in favor of a certain class of possessors and their interests.

Keywords: Social Service. Threatened city. Ideology. Urban Occupations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do caderno especial do jornal "Notícias do Dia" de 22 de agosto de 2020. Fonte: RELATÓRIO ND, 2020.....	12
Figura 2 – Edificações ao redor do Hospital de Caridade no início do século XX. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina <i>apud</i> SANTOS (2009, p. 371).....	20
Figura 3 – Registro da ação de demolição de casas no Alto da Caieira. Fonte: Relatório ND, 2020. Autor: Anderson Coelho/ND.....	32
Figura 4 - Vista de Florianópolis a partir da Transcaieira, no Maciço do Morro da Cruz. Fonte: acervo pessoal do autor, 2021.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 “SE O SINHÔ NÃO ESTÁ LEMBRADO, DÁ LICENÇA DE CONTÁ...” ..	16
1.1 À chegada do “progresso”, a destruição do “passado”	16
1.2 Antes de se chegar no edifício alto, muitas malocas foram construídas	21
1.3 A uns, a possibilidade de “pensar a cidade”, a outros, a simples sobrevivência ...	23
2 “MAS UM DIA... O DONO MANDÔ DERRUBÁ”	26
2.1 O Estado a serviço da burguesia	26
2.2 Um Estado que corte o ‘mal’ pela raiz	30
2.3 Antes da “Guerra aos invasores”, uma orientação para a ocupação dos morros ...	33
2.4 A “ordem urbanística” e o espaço urbano como valor de troca	36
3 O DISCURSO DA “CIDADE AMEAÇADA” E A DISPUTA PELO	
ESPAÇO URBANO.....	39
3.1 Ideologia: a luta que se dá “na cabeça das pessoas”	39
3.2 Algumas conexões políticas do Grupo ND	41
3.3 O jornal como divulgador de um projeto de cidade	42
3.4 Os gritos silenciados, mas evidentes, das ocupações urbanas	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

Justificativa e contexto

Em 22 de agosto de 2020, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, o jornal local *Notícias do Dia*, vinculado ao Grupo ND, publicou um caderno de especial, intitulado *Relatório ND: Cidade ameaçada*. Ao centro da capa do caderno, conforme a Figura 1, foram inseridas duas fotos, lado a lado: à esquerda, um retrato do Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro; à direita, uma imagem do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. Ao redor dos elementos centrais, uma representação da possível “ameaça” ao futuro de Florianópolis, com expressões como: “favelas”, “invasões”, “habitações precárias”, “crime” e “construções clandestinas”. Já em seu Editorial, a palavra de ordem foi “Basta às invasões” (RELATÓRIO ND, 2020).

O vocábulo *ameaça* possui diversos significados, que podem variar desde o “prenúncio de qualquer coisa má”, passando pela “promessa de castigo ou de malefícios”, e até expressões como “advertência” e “intimidação” (MICHAELIS, 2020). Associou-se a uma determinada forma de moradia, assim como certos locais e certas pessoas, a ideia do que seria um perigo à cidade, o qual necessitaria de uma enérgica ação por parte do Estado para sua repressão:

O cenário urbano de Florianópolis está em constante mudança. Todos os dias, **nos morros e encostas, surgem novas moradias precárias em áreas invadidas**. São construções clandestinas que **fazem parte de esquemas criminosos** que envolvem milícias e lavagem de dinheiro do narcotráfico. As construções irregulares se alastram e já há lugares onde a polícia não consegue entrar porque são controlados e dominados por facções criminosas. [...] **Os invasores** de áreas particulares ou públicas **não são trabalhadores**, pessoas humildes e de bem, não são vítimas da sociedade como alegam alguns políticos à caça de votos. **As invasões são orquestradas por membros de facções**, os mesmos que comercializam barracos e constroem em áreas invadidas, lavando o dinheiro do tráfico. Sob o ponto de vista legal, as invasões serão sempre criminosas. Não há justificativas para a ilegalidade. [...] O Relatório ND coloca para a sociedade, de forma clara e transparente, **o que o futuro reserva para Florianópolis** e região se não houver ação de coibir os abusos [...] (RELATÓRIO ND, 2020, p. 3 – *grifos nossos*)

Figura 1 – Capa do caderno especial do jornal "Notícias do Dia" de 22 de agosto de 2020. **Fonte:** RELATÓRIO ND, 2020.



RELATÓRIO ND
ND

REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2020

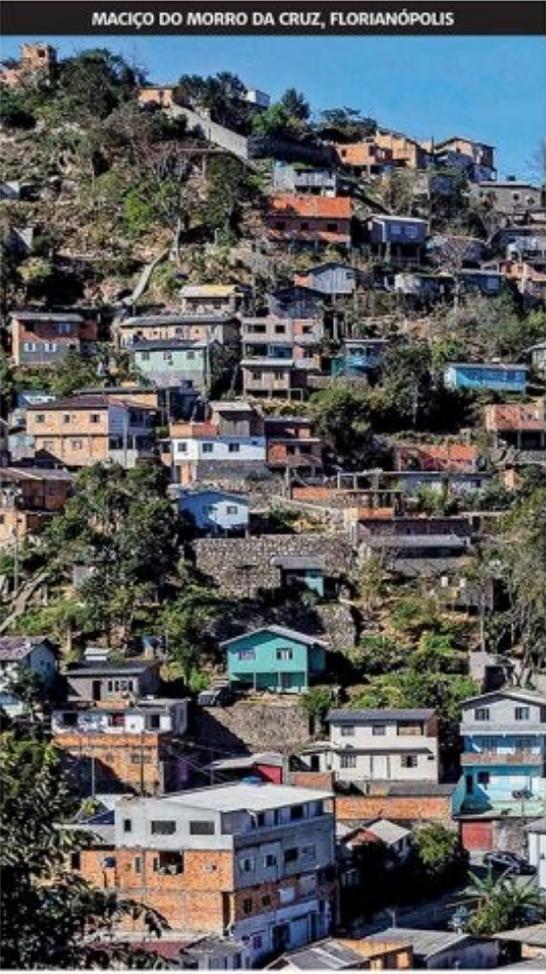
Cidade ameaçada

Invasões e construções clandestinas que se alastram pela Grande Florianópolis provocam desordem urbana e levantam a questão: qual tipo de cidade queremos para viver? O ND foi atrás de respostas

FAVELA DO VIDIGAL, RIO DE JANEIRO



MACIÇO DO MORRO DA CRUZ, FLORIANÓPOLIS



Metro quadrado no entorno da Rocinha sofreu desvalorização por causa do crime

Região conflagrada pelo crime era área verde e foi alvo de invasões

A história da Rocinha: como surgiu a maior favela do país

Maciço do Morro da Cruz concentra cerca de 40% das habitações precárias na cidade

Especialistas projetam soluções para combater as invasões

Número de moradias “faveladas” dobrou na última década

Nenhum daqueles elementos apresentados pelo jornal foi despropositado ou aleatório. O contexto político de Florianópolis em agosto de 2020 era o da tramitação de um Projeto de Lei Complementar (PLC) de autoria do Executivo Municipal (PMF), PLC n.º 1801/2019, o qual estabeleceria a prerrogativa de “demolição sumária” pelo poder público de obras apontadas como irregulares, implantadas em áreas de preservação ambiental, e outras ocorrências definidas como “afrenta à ordem urbanística” (FLORIANÓPOLIS, 2019).

O aditivo “sumário” ao ato de demolição de residências por parte do Estado fazia menção a um processo mais expedito, célere, sem a necessidade de tramitação de processos ligados ao exercício do direito ao contraditório e ampla defesa, de modo que a demolição destas construções poderia ser tratada como simples matéria administrativa ou operacional.

No início de 2021, apesar daquele PLC ter sido descontinuado, boa parte de sua redação original e de sua filosofia foi incorporada a outro projeto de lei, o qual alteraria o código de obras do município. Este, por sua vez, foi aprovado em janeiro de 2021 como a Lei Complementar n.º 707/2021. Ainda que depois de agosto de 2020, o poder público de Florianópolis respondeu ao manifesto do Grupo ND para coibir e reprimir as pessoas e as moradias tomadas por ameaça à cidade.

O trabalho e seus objetivos

A partir do contexto apresentado, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o mote “cidade ameaçada”, o qual aponta às ocupações urbanas algo a ser combatido pelo Estado, e identificar os interesses e atores sociais envolvidos em sua produção e disseminação. Por outro lado, também na condição de uma produção teórica elaborada por um assistente social em formação, optou-se por também fazer desta obra um subsídio de análise para aqueles que lutam pelo direito à cidade.

Ela não se trata, portanto, de tão somente uma reflexão acadêmica, mas também de um compromisso ético-político para com a profissão e com preferência de classe clara: enfrentar expressões da questão social na esfera da luta por moradia na cidade de Florianópolis, colocando-se ao lado daqueles que ousam contestar a naturalização da propriedade privada e de que o direito à moradia seria algo permitido apenas a quem “tenha dinheiro” para bancá-lo. Essa elaboração acadêmica é parte de um exercício de militância.

Metodologia e limitações da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida à época da *Pandemia da COVID-19*, a qual restringiu o acesso e a consulta presencial a diversos espaços, documentos, livros impressos, e, inclusive, ao contato com pessoas¹. Foram necessários alguns ajustes da metodologia previamente estabelecida, e o uso das ferramentas, fontes, prazos e condições possíveis nesta conjuntura.

Considerando-se também os objetivos e os prazos para sua conclusão, preferiu-se realizar uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, dividida em duas etapas: uma bibliográfica, e outra documental.

Na etapa da pesquisa bibliográfica, foram catalogadas e analisadas obras de pensadores e estudiosos que versaram sobre moradia, urbanização, ideologia e Estado. Na etapa da pesquisa documental, foram catalogados e analisados projetos de lei, leis e entrevistas em jornais que tratassem do tema.

Estrutura de apresentação

A versão final da monografia ficou com três seções principais.

A sua primeira seção versa sobre o processo de ocupações urbanas em Florianópolis como uma ação organizada de resistência e de sobrevivência dos trabalhadores e seus antecessores, uma caminhada de longa data, a partir das contribuições teóricas da tese de doutorado de Santos (2009) e outros autores.

A segunda seção trata do papel do Estado na contenção e repressão dessas ocupações, isto é, a clássica “reação” a este movimento político, a partir das reflexões de OSÓRIO (2019) sobre o “Estado de contrainsurgência”, as ponderações de ENGELS (2015) sobre a questão da

¹ Ao fim de 2019, descobriu-se na China uma doença semelhante à gripe, causada por um tipo novo de coronavírus, com alta capacidade de transmissão e capaz de levar a pessoa infectada a hospitalização. Essa doença ficou conhecida como COVID-19, e foi denominada Pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) por ter se espalhado por todo o planeta, levar milhões de pessoas a internação e/ou a óbito. À época da conclusão desta monografia, setembro de 2021, a COVID-19 continuava como uma doença para a qual não havia ainda um remédio ou tratamento eficaz, apesar de já terem sido desenvolvidas vacinas para a proteção dos sintomas dos sintomas mais graves. No Brasil, os dados de 20 de setembro de 2021 registraram pelo menos 21 milhões de casos e 590 mil óbitos devido a essa doença (BRASIL, 2021). Entre as principais medidas sanitárias de proteção adotadas pelos governos destaca-se o isolamento social, com a interrupção de diversas atividades que pudessem causar aglomeração. Na realidade da UFSC, por exemplo, foram suspensas as aulas presenciais e o funcionamento presencial de espaços como laboratórios e bibliotecas.

moradia, e uma pesquisa documental em relação à própria Prefeitura Municipal de Florianópolis.

A terceira seção se debruça sobre os termos da disputa do espaço urbano na narrativa da “cidade ameaçada”, em especial, o compilado de matérias do Grupo ND.

Ao final, é realizada uma síntese do caminho percorrido, onde apresentam-se as limitações desta pesquisa e as sugestões para estudos futuros.

1 “SE O SINHÔ NÃO ESTÁ LEMBRADO, DÁ LICENÇA DE CONTÁ...”

Esta primeira seção visa analisar o processo das ocupações urbanas em Florianópolis, que despontam como uma ação organizada de resistência e de sobrevivência daqueles trabalhadores empurrados para fora das áreas centrais da cidade ao longo de décadas.

1.1 À CHEGADA DO “PROGRESSO”, A DESTRUÇÃO DO “PASSADO”

Em meados de 1951, de modo lírico e igualmente profético, o artista Adoniran Barbosa eternizaria no samba a clássica canção *Saudosa Maloca*, na qual a demolição de uma velha casa de madeira seria narrada em versos sob o ponto de vista de três pessoas que ali moravam. O lugar era para eles era como um “palacete”, ainda que fosse apenas uma maloca para quem olhasse de fora.

Em determinado ponto da história, a casa é derrubada por homens com ferramentas e máquinas, possivelmente empreiteiros, para se erguer no lugar um “edifício alto”. A canção percorreria o caminho da despedida daqueles três personagens e o sentimento de saudades daquele local onde viveram dias felizes.

A decisão da demolição não partiu daqueles que se lamentariam ao ver a casa destruída, tanto que eles tomariam cada tábuas derrubada como uma “dor no coração”. A demolição tratou-se de uma decisão do proprietário do imóvel, o qual possivelmente ganharia mais dinheiro com a construção de um edifício e sua posterior venda e/ou aluguel. Restaria aos antigos moradores, então, buscar abrigo em outro lugar, e guardar da velha residência querida tão somente suas memórias.

A saga da maloca saudosa e o êxodo de seus antigos moradores serve de subsídio para a reflexão das edificações consideradas como uma “ameaça à cidade” de Florianópolis em 2020, ou uma “afronta à ordem urbanística”, daquelas dignas do rito de “demolição sumária” pela ótica de seu poder público municipal.

Falamos em sua maioria de casas improvisadas, muitas vezes construídas com madeira e materiais mais simples nos morros e encostas. Evidentemente, há casos de construtoras de grande porte que não estão construindo pequenas residências em Florianópolis, e sim edifícios residenciais multifamiliares, a exemplo do edifício demolido no bairro Ingleses em 21 de junho de 2021, com 18 apartamentos (PRÉDIO, 2021). Todavia, neste caso, é importante registrar

que o construtor foi notificado pelo poder público pelo menos 6 (seis) vezes antes de entrar em curso a ação de demolição.

A canção de Adoniran Barbosa versou sobre o que estava em curso na maior cidade da América Latina, São Paulo, com seus edifícios estruturados em concreto armado e revestidos em alvenaria, capazes de “arranhar o céu”, conectados entre si com largas pistas de automóveis já na segunda metade do século XX. Eles substituiriam as antigas casas construídas até então de modo artesanal.

Neste mesmo período, é evidente que a pacata “Ilha da Magia” de Florianópolis, em Santa Catarina, seguia por um processo de adesão às construções de grande vulto com um ritmo mais moderado do que a capital paulista. Todavia, conforme se pode observar na tese de doutorado “Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis” (SANTOS, 2009), esta cidade caminhava em direção semelhante à São Paulo, com sua burguesia nascente entusiasmada com as ideias de implantar por aqui os preceitos do modernismo das grandes cidades europeias e norte americanas.

A velha Ilha de Desterro, vinculada à cultura açoriana, casas de pescador e sobrados coloniais, construídos artesanalmente, muitas vezes com madeira; precisaria abrir alas para a modernidade dos edifícios de múltiplos pavimentos, distribuídos no espaço por meio de técnicas de planejamento urbano, com plano diretor e métodos industriais de construção com alvenaria e concreto armado:

Na década de 1950, teve início um processo de verticalização da cidade com os primeiros prédios com mais de 4 andares, um novo período de “modernização” urbana, do primeiro plano diretor da cidade. Nessa década a construção civil teve os maiores investimentos feitos pelo Estado e na década seguinte a indústria da construção civil estava estabelecida. A pesquisa de Nereu do Vale Pereira: “Desenvolvimento e modernização” sobre Florianópolis revelou que a década de 1960, foi a de um marco de mudança no processo de crescimento imobiliário da cidade. O crescimento do Monte Serrat estava relacionado ao crescimento da construção civil, que durante aquela década estava ligado ao **impulso imobiliário gerado pela instalação da UFSC.** Este processo que Pereira chamou de “modernização” foi marcado por novos padrões de moradia e de novos interesses imobiliários impulsionados por um crescimento urbano que gerou profundas modificações na cidade, principalmente no centro, com a **demolição de casas e sobrados de arquitetura portuguesa que foram dando lugar aos edifícios.** (SANTOS, 2009, p. 590 – *grifos nossos*)

Note-se, a sigla “UFSC” refere-se à nossa Universidade Federal de Santa Catarina, situada no Bairro da Trindade, onde está o Curso de Serviço Social. Sua criação em 1960, com

uma cidade universitária e diversas obras de infraestrutura no entorno, foi crucial para dar um “impulso imobiliário” à cidade, no sentido de incentivar a construção de milhares de novas moradias, as quais mudariam a face da cidade de Florianópolis e seus morros.

Tal impulso representou a modificação do tipo de habitação, paulatinamente substituindo-se as casas construídas artesanalmente na área central por edifícios construídos por meio de técnicas de padronização de pavimento e racionalização de canteiros. As casas, evidentemente, permaneceriam em alguns casos, mas tornando-se pouco a pouco mais escassas nessa área. As novas casas não seriam erguidas mais nas proximidades da Avenida Beira Mar Norte ou do Centro, mas sim nos morros e bairros mais afastados.

Santos (2009) documentou de modo muito cuidadoso o paulatino movimento de êxodo de diversos florianopolitanos ao longo do século XX, os quais foram forçados a abandonar a área do mar e do centro, e se abrigar nos morros e na periferia.

Tal processo não se deu necessariamente de uma maneira brusca ou repentina, pelo contrário, foi se dando de modo vagaroso, ao longo de diversos anos, todavia, com características de um movimento ininterrupto. As sutilezas de tal êxodo poderiam ser percebidas inclusive nas alterações de nome de ruas na área central:

Pode-se relacionar a perda da cidade pelos pobres com as mudanças dos nomes de ruas, praças e cais. É verdade que se fez muita homenagem à gente próxima do povo: padres; abolicionistas; poetas, até um pedreiro, um sapateiro, motorista, um estudante e uma benzedeira; músicos; carnavalescos e professores. Porém, a maioria dos nomes de ruas foi mudado para homenagear militares da guerra do Paraguai. Mas, o que prevaleceu mesmo foram os nomes dos figurões, até algumas esposas foram homenageadas. **A maioria dos nomes de ruas trocados foi pra eternizar juízes, desembargadores, promotores, até advogados, generais, barões, políticos:** prefeitos, governadores, ministros, secretários, também os influentes: jornalistas; médicos; fiscais e os comerciantes, em geral, os que tinham mais dinheiro.

Assim, nomes como Figueira, Paz, Fraternidade, Passeio, Palma, Áurea, Rosário, Iguape, Flôres, Palhoça, Carioca, Lapa, Espírito Santo, Pedra Grande, Mimososa, Alecrim, Carioca deixaram de enfeitar a cidade. (SANTOS, 2009, p. 101 – *grifos nossos*)

Talvez nunca tenhamos nos perguntado porque nossas ruas têm tais nomes hoje, de empresários, de profissionais liberais, de homens do exército; se elas não tinham outros nomes no passado, ou, ainda, quem seriam as pessoas por trás de tais nomes de cada uma dessas ruas? Certamente soaria estranho chamar a atual Francisco Tolentino pelo antigo nome de *Rua da*

Figueira; a Vidal Ramos por *Rua da Carioca*; a General Vieira da Rosa por *Caminho do Antão*; ou, ainda, a atual Hoepcke por *Rua do Victorino de Menezes*.

O movimento histórico captado pelas lentes de Santos (2009) permitiu observar como a burguesia da cidade compreendeu que dar o nome de ruas não seria visto pelo senso comum necessariamente como uma apropriação privada do espaço urbano, mas justamente o seu contrário: a partir da justificativa de se homenagear publicamente importantes figuras da história da cidade, ou da própria humanidade, pouco a pouco ocorreu uma apropriação simbólica do espaço urbano, de caráter privado.

Não eram apenas as ferramentas e máquinas que demoliam casas e edificavam prédios em seu lugar, mas igualmente uma ideologia de caráter assim dito “modernizador” que legitimava o processo de demolição dessas construções consideradas “arcaicas” para abrir espaço às construções que levariam Florianópolis para a “modernidade”. Os cortiços deveriam ser demolidos para abrir espaços aos sobrados. Posteriormente, chegaria a vez de se demolirem até mesmo boa parte dos sobrados, para se abrir espaço aos edifícios modernos de múltiplos pavimentos.

Mas não seriam apenas os cortiços a serem demolidos, deveriam também ser demolidos os registros históricos de sua existência, por isso mudar até mesmo os nomes das antigas ruas. Sob a ótica de nossa burguesia nascente, os lugares que receberiam as obras da “Florianópolis Moderna” precisariam ser batizados com novos nomes, nomes que não remetessem à ideia de que aquela área, hoje moderna, um dia foi o local de habitação de uma imensidão de pobres, com casas de tecnologia simples, tal como as casas assim ditas irregulares nos morros da cidade, o que hoje chamaríamos de malocas.

Para aprofundar este raciocínio, apresentamos aqui uma imagem do início do século XX, que capturou as construções do entorno do Hospital de Caridade (Figura 2). Não havia ainda chegado a Florianópolis a modernidade dos edifícios de múltiplos pavimentos e largas avenidas, tampouco a segregação entre bairros ricos e bairros pobres, uma vez que, na ilha, mesmo os mais ricos não dispunham de meios de produção para morar em lugares mais reservados, até porque boa parte das estradas da época não são como as avenidas de hoje, tampouco havia automóveis.

Talvez não fosse intenção de Adoniran Barbosa apresentar em sua obra um estudo de caráter sociológico daquilo que antecedeu a chegada do edifício alto em São Paulo ou

Florianópolis, o arranha-céu, símbolo das cidades modernas no século XX. Mas a sutileza da história narrada em seus versos aponta o mais fato do passado florianopolitano: naquele lugar, onde agora está o edifício alto consolidado, um dia houve uma maloca.

Para além dos detalhes de demarcação do terreno e endereço, a relação entre o edifício alto do presente e a maloca do passado aponta que o ser humano produziu uma tecnologia superior de moradia (o edifício construído em concreto armado) valendo-se da produção e do consumo de uma tecnologia anterior (a construção artesanal em madeira), de tipo semelhante, mas de complexidade inferior se comparada com a atual. Processo de aperfeiçoamento similar a outras criações, a exemplo da antiga máquina de escrever para o atual computador; da antiga carroça movida por tração animal para o atual automóvel.

Figura 2 – Edificações ao redor do Hospital de Caridade no início do século XX. **Fonte:** Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina *apud* SANTOS (2009, p. 371).



Em outras palavras, a criação da maloca foi uma etapa do desenvolvimento da humanidade, cujo domínio e aperfeiçoamento desta técnica, ao longo de diversas construções realizadas por esta mesma humanidade, possibilitou sua evolução para uma técnica mais elaborada, com a aplicação de outros materiais e um melhor aproveitamento do próprio espaço.

Com a criação de outras ferramentas e máquinas, como o elevador, foi possível colocar em um mesmo terreno diversas “casas”, pavimentadas umas sobre as outras, construídas de modo racionalizado, de modo que onde antes morariam apenas 3 famílias, talvez fosse possível morar agora 10 famílias. É como a descoberta do fogo e o seu paulatino domínio até se chegar ao ponto que ele pode ser iniciado ou apagado com um simples “apertar de um botão” de um fogão a gás.

Compreende-se que seja fundamental a acolhida da tecnologia construtiva da maloca nesta monografia para que não se estigmatize aquilo que um dia foi o padrão tecnológico de construção nessa ilha.

1.2 ANTES DE SE CHEGAR NO EDIFÍCIO ALTO, MUITAS MALOCAS FORAM CONSTRUIDAS

Houve um tempo na história da humanidade, recortada aqui neste pequeno espaço da Ilha de Florianópolis, em que o “mais moderno”, no sentido da tecnologia construtiva possível com as técnicas e meios de produção à disposição, foi algo tão simples e tão rudimentar quanto uma maloca dos dias atuais. Foi tão somente à medida que o trabalho social da humanidade se desenvolveu, com a descoberta de novos materiais e o emprego de novas técnicas produtivas, que foi possível construir casas de uma outra forma que não a da rudimentar maloca.

Por outro lado, ainda que tenha sido necessário anos de trabalho socializado para o desenvolvimento de novas técnicas de construção de moradias, o seu acesso seguiu em uma direção oposta à da socialização: o projeto da modernização urbana de Florianópolis assentava-se sobre uma sociedade desigual, de modo que para alguns as novas técnicas eram acessíveis, enquanto a outros era algo inalcançável. Para ser mais preciso, a maior parte da população de Florianópolis estaria privada (proibida) de participar ativamente desta modernização e de usufruí-la.

Florianópolis está inserida no mesmo Brasil que foi um dos últimos países do planeta a abolir a instituição da escravidão, de modo que a sua adesão ao modo de produção capitalista, baseado em relações de assalariamento, durante muitos anos dos séculos XIX e XX conviveu com a manutenção de um modo de produção que segregava as pessoas e os seus próprios espaços, antes mesmo da chegada do capitalismo nestas terras:

Os escravos viviam na cidade, **viviam nos sobrados no fundo das casas**, em casas de negro, como agregados, por toda a cidade. Organizaram estratégias e mantiveram laços de solidariedade para sobreviver na escravidão, como as **Irmandades religiosas, as casas de negros e as rotas de fuga e esconderijos de escravos**. O grande número de procuradores mantidos por escravistas de outros lugares, mostra que **Desterro era uma conexão e destino importante nas rotas de fuga de escravos**. Como Desterro era um porto com muitos marinheiros negros era uma base e conexão nas rotas de fuga e nas redes de solidariedade para ocultar escravos fugitivos. Muitos desses escravos, até de outras províncias, que não eram conhecidos em Desterro se escondiam, auxiliados pelos escravos marinheiros e os da cidade. **Viveram nos cortiços de negros, nos Morros, ou no interior da Ilha**. (SANTOS, 2009, p. 226 – *grifos nossos*)

Dentro da realidade de uma nação a qual se forjou sobre a escravidão, Florianópolis igualmente reproduziu, na construção de seu espaço urbano, as relações sociais deste modo produção, mesmo quando por aqui, pouco a pouco, se estabeleceram formas capitalistas de produção.

Aquilo que talvez soe, à primeira vista, como algum tipo de “marginalidade” de quem viva nos morros de Florianópolis neste momento (no sentido literal de “estar à margem”), pode igualmente ser visto sob as lentes da história do capitalismo como o desdobramento paulatino de uma cidade a qual constituiu a divisão de seu espaço urbano do mesmo modo que o fazia na divisão social do trabalho. Os habitantes da velha Desterro com o status de “escravos” àquela época não seriam propriamente cidadãos, não poderiam necessariamente usufruir dos mesmos direitos, dos mesmos espaços e nem dos mesmos meios de produção daqueles cidadãos “não-escravos”.

Com as devidas proporções desta analogia, Florianópolis também se constituiu como uma expressão particular do Brasil, onde foram criadas localmente unidades do tipo “Casa Grande” e unidades do tipo “Senzala”. Os morros, sob essa ótica de produção, se tornariam uma unidade do tipo “Senzala”, onde os escravos e seus respectivos descendentes poderiam habitar, mas longe do centro urbano, o qual fora designado pelas elites da época para cumprir uma função de unidade do tipo “Casa Grande”, com obras modernas, ruas pavimentadas, saneamento, e edifícios de vários pavimentos.

Houve um tempo durante o qual foi tolerada a presença de pobres na região do centro da cidade. Todavia, à medida que especialmente a classe dos comerciantes dessa cidade portuária ia ganhando força, o poder econômico dessa classe foi se convertendo também em poder político, capaz de definir o regramento do espaço urbano, impor maiores rigores para a

autorização de construção no espaço do centro, rigores os quais muitas vezes a população mais pobre não teria condições de responder à altura. Uma expressão contemporânea destas exigências pode ser observada na simples imposição da contratação de serviços especializados de engenharia e de arquitetura para a autorização de construção de residências, ainda que de simples complexidade.

1.3 A UNS, A POSSIBILIDADE DE “PENSAR A CIDADE”, A OUTROS, A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA

A divisão também se aplicava na possibilidade de pensar o espaço urbano. Para uns era rotineiro discutir em certos “círculos intelectuais” o que seria melhor para Florianópolis. Para outros, a única opção disponível seria a de se adaptar a estas regras:

No final do século XIX, Florianópolis tinha uma elite econômica, política e intelectual recém formada que se apresentava aberta e receptível às mudanças consideradas como “modernas do progresso econômico e urbano”. Essas mudanças não refletiam uma demanda social da maior parte da população - os pobres. **Havia uma incompatibilidade entre os anseios das elites, seus projetos e planos para a cidade e o modo de vida, sobrevivência e permanência dos pobres no perímetro urbano de Florianópolis.** Enquanto nos gabinetes do governo, nos clubes, nos cafés e através dos jornais a elite planejava, e discutia a instalação das novas infra-estruturas urbanas: redes de água, esgoto, bondes, iluminação elétrica, a canalização de córregos, o alargamento de ruas e as demolições de casinhas e cortiços nas fontes, no porto, no Mercado, nas ruas, nos bairros pobres, a população reproduzia uma vida simples e tentava sobreviver ao dia a dia. (SANTOS, 2009, p. 346 – *grifos nossos*)

As elites da cidade, desde o século XIX pelo menos, puderam trabalhar sob uma ótica de reflexão e discussão com vistas ao planejamento e regulação deste espaço urbano junto ao Estado, como o fazem até hoje em suas associações empresariais e federações quando realizam reuniões com prefeitos, vereadores, deputados ou secretários.

Os pobres, isto é, a maioria da população, ao seu tempo, foram obrigados a lidar com preocupações mais imediatas, como obter o “pão de cada dia” para sobreviver, sem dispor de meios para participar deste processo de planejamento e definição de normas públicas como o poderiam fazer as elites. Ainda hoje, verdade seja dita, é comum que uma associação de moradores de uma destas comunidades, por exemplo, tente solicitar audiências com vereadores, prefeitos, deputados... e não consiga agenda-las com a mesma celeridade de uma associação empresarial.

Aquilo e aqueles para os quais se aponta a qualificação de “ameaça à cidade” nos anos de 2020 são herdeiros de um legado estigmatizado de pelo menos um século. À guisa de exemplo, Santos (2009) apontou que a *Associação Irmão Joaquim*, ligada ao Hospital de Caridade, já sinalizava um comportamento semelhante para com os pobres de Florianópolis em 1906, mais ou menos aos moldes do que faria a grade de hoje imprensa:

A Associação Irmão Joaquim talvez tenha expressado o mais claro exemplo de contradição entre caridade e separação. Ao mesmo tempo em que organizava a assistência aos necessitados, fundava um jornal, arrecadava e distribuía esmolas, por outro lado fazia campanha pela repressão contra a vadiagem de meninos que viviam nas ruas, pela retirada de indigentes da área central, pelo fim da mendicância nas ruas do comércio. Um exemplo claro dessa contradição: a associação, ao mesmo tempo que fazia a campanha através de seu jornal “A Fé”, para a construção do asilo de mendicidade, **mantinha também outra campanha constante pela melhoria da cidade que implicava em dificultar a permanência dos pobres no centro**. Nesse jornal em julho de 1906, no artigo “casas”, a associação reclamava a demolição de casas que se “ostentavam” nas ruas principais como a João Pinto, Deodoro e Trajano em favor do “aformoseamento da capital”. Eram as casinhas de porta e janela velhas, antigas, coloniais e cortiços em que viviam ex-escravos, lavadeiras, prostitutas, onde se instalavam os marinheiros e soldados. (SANTOS, 2009, p. 414 – *grifos nossos*)

Quando observamos uma fotografia de Florianópolis hoje, e nela apontamos para as comunidades de Monte Cristo, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Nova Esperança, Santa Terezinha, Morro do Flamengo, Morro da Caixa, Morro do Mocotó, Morro da Queimada, Morro da Mariquinha, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Monte Serrat, Serrinha, Vila do Arvoredo (Favela do Siri), entre outras tantas comunidades; é de suma importância compreender que por detrás das acusações de construções em desconformidade com as “normas técnicas” há uma história anterior relacionada a expulsão de diversos trabalhadores que habitavam nas proximidades do centro, os quais foram empurrados rumo aos morros para propiciar as obras de modernização destinadas à burguesia nascente que ocuparia aquela região, cuja riqueza e poder foram conquistados a partir de anos de exploração de trabalho escravo.

Conforme será abordado adiante, veremos que a cidade de Florianópolis trabalhou com uma proposta dual de sua modernização, desigual e combinada. Por um lado, o Estado de fato investiu vultuosos recursos para dar a uma parte da cidade um impulso modernizante, com obras de infraestrutura, saneamento e um rico processo de planejamento urbano; ao mesmo tempo que trabalhou com a criação de uma outra cidade à margem, a qual queria escondida das

vistas do centro urbano, para que lá se abrigassem todo o tipo de trabalhador o qual sua burguesia não gostaria de ver perambulando pelas ruas do centro, maculando seu território.

A ocupação urbana contemporânea em Florianópolis, aos moldes de uma comunidade de trabalhadores que invade um território particular, edifica moradias, ainda que com uma técnica mais rudimentar do que os edifícios altos, e ali estabelece um nome como “Amarildo”, “Contestado” ou “Marielle Franco”... remete à continuidade de uma saga secular daqueles outros moradores de Florianópolis antepassados, em suas saudosas velhas casas, próximas ao mar, expulsos para os morros pela burguesia nascente, para que esta pudesse realizar seu projeto modernizador. Ao seu tempo, ao invés de invocar para si nomes de militares, empresários ou profissionais liberais, dão novo significado ao espaço batizando suas ruas, ainda que por vezes não sejam ruas reconhecidas pelo Estado, com os nomes daqueles trabalhadores ou movimentos que lhe são referência. Eventualmente um construtor assassinado pela polícia, ou uma mulher, ativista, negra, exterminada por milícias.

Em verdade, não estamos falando de pessoas vistas como “ameaça” que teriam chegado “do nada”, forasteiros, invasores. O que aqui seria uma “ameaça” seria justamente a retomada de uma série de assuntos não resolvidos do passado desta cidade com aqueles que construíram a sua riqueza, mas que foram privados de usufruí-la. Pobres que ousam “guardar na memória” o que deveria ser esquecido, segundo o olhar de nossa burguesia, parece uma ideia profundamente subversiva.

2 “MAS UM DIA... O DONO MANDÔ DERRUBÁ”

Esta segunda seção visa analisar o papel do Estado na contenção e repressão aos movimentos de ocupações urbanas em Florianópolis.

Primeiramente, faz-se necessário uma breve ponderação sobre o que significa o termo *Estado* nesta pesquisa.

2.1 O ESTADO A SERVIÇO DA BURGUESIA

Ao fim do século XIX, Friedrich Engels redigiu três artigos sobre o tema da escassez de moradia à classe trabalhadora nas grandes cidades da Europa, os quais constituem a obra *Sobre a questão da moradia* (ENGELS, 2015). No segundo artigo dessa série, intitulado “Como a burguesia resolve a questão da moradia”, o autor definiu o *Estado* nos seguintes termos:

O Estado nada mais é que a **totalidade do poder organizado das classes possuidoras**, dos proprietários de terra e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. **O que não querem os capitalistas individuais [...] tampouco quer o seu Estado.** (ENGELS, 2015, p. 99 – *grifos nossos*)

Esse conceito de Estado, como a “totalidade do poder organizado” de uma determinada classe em situação de confronto com outra, é importante para afastar de nossa análise a falsa dicotomia apresentada pelos porta vozes da burguesia: de um lado estaria a classe burguesa, e de outro lado estaria o Estado; como se os capitalistas, com suas empresas, associações e federações patronais não tivessem qualquer poder decisório sobre as leis promulgadas pelo Estado ou a destinação dos recursos públicos para os seus projetos.

No mesmo sentido, a relação entre Estado e burguesia tampouco se limitaria a mera influência política, *lobby*, pressão política ou reivindicação. A expressão “o que não querem os capitalistas individuais [...] tampouco quer o seu Estado” é a constatação de que a classe burguesa é proprietária dos meios de produção, inclusive daqueles meios que podem revogar ou criar leis em uma sociedade (a exemplo das Câmaras Municipais), e dos que podem se valer do uso da força e violência dentro da lei para fazer valer determinada linha política (a exemplo das Polícias).

O Estado, neste modo de produção, age conforme os desígnios da classe que o domina, de modo que determinadas carências ou condições precárias de moradia impostas à classe

trabalhadora não são necessariamente uma “falha técnica”, uma “escassez de recursos”, nem “uma limitação do poder Estado”; mas justamente o seu contrário. Aquilo que o Estado nega aos trabalhadores não é necessariamente um “escândalo” ou “surpresa” aos olhos da burguesia, mas o cumprimento de uma diretriz política da classe que dirige o Estado, a burguesia. Parafraseando a máxima do pensador Darcy Ribeiro sobre a crise da educação no país: a crise da moradia no Brasil “não é uma crise, é um projeto” – um projeto de sua burguesia.

À guisa de exemplo, pode-se observar como a burguesia não encara programas de habitação popular no Brasil necessariamente como uma política com vistas ao atendimento de uma escassez para os trabalhadores, mas, antes, uma forma abrir novos mercados. O trecho a seguir é de uma matéria do Jornal *Valor Econômico*, de 2 de fevereiro de 2017, em relação a uma decisão do governo federal ampliar o valor da faixa de renda máxima de compradores de imóveis do programa Minha Casa Minha Vida² (MCMV):

Secovi-SP avalia como ‘excepcional’ ampliação do teto do MCMV

O vice-presidente de Habitação Econômica do Secovi-SP, Rodrigo Luna, avalia como “excepcional” o anúncio feito hoje pelo governo federal de mudanças no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. “**O mercado está precisando** de uma injeção de ânimo e de aumentar a possibilidade de **novos negócios**”, afirma Luna.

O representante do Secovi-SP cita que o **mercado vinha trabalhando** com valores desatualizados e que, com as altas de juros dos últimos anos, **boa parte população deixou de poder adquirir a casa própria**.

Entre as medidas anunciadas hoje, está o aumento da **renda máxima** do comprador de imóveis da faixa 3 do programa habitacional de **R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil**. (QUINTÃO, 2017 – *grifos nossos*)

Detendo-nos um pouco mais sobre esta apresentação do representante do sindicato patronal Secovi-SP, fica evidente que a prioridade das empresas ligadas ao setor imobiliário e

² O programa Minha Casa Minha Vida foi criado pelo governo federal em 2009 por meio da Lei n.º 11.977 (BRASIL, 2009), e vigorou durante os governos Lula e Dilma. Tinha como objetivo facilitar o acesso de famílias de baixa renda à aquisição ou construção da moradia própria, por meio de subsídio do Estado. Entre 2009 e 2011, na 1.ª fase do programa, foram feitos investimentos para se construir em todo o território nacional 1 milhão de habitações. Na 2.ª fase, entre 2011 e 2014, os investimentos objetivaram a construção de 2 milhões de habitações. Atualmente, sob a gestão do governo Bolsonaro, o programa mudou de nome, chamando-se agora “Casa Verde e Amarela”.

de construção civil não é necessariamente atender à falta de moradias no país, ou possibilitar que famílias com baixa renda consigam ter onde morar. Antes de tudo, é a possibilidade de novos negócios e a atualização dos valores repassados pelo Estado às empresas no financiamento da construção dos imóveis contemplados pelo MCMV. E tal posição vincula-se ao processo de produção e acumulação de capital, porque a indústria da construção civil tem se constituído como um setor de investimentos do Estado ao longo de diferentes crises do capital, como a de 2008, de modo que, como medidas de solução à crise e aquecimento da economia, grandes volumes de recursos do Estado são transferidos para as empresas deste ramo.

Em Florianópolis, o discurso da construção civil segue a mesma linha. A citação abaixo é trecho de uma entrevista do representante do Secovi de Florianópolis e Tubarão ao Grupo ND, publicado no caderno especial *Cidade Ameaçada*, em agosto de 2020:

Ilha da beleza pede mobilidade e saneamento

Representantes de **importantes segmentos** da Capital, ligados à indústria, comércio, construção civil, direito, segurança e sustentabilidade, opinam sobre como Florianópolis pode **combater o crescimento desordenado e o surgimento de mais favelas**, para fazer dela uma cidade melhor e revelando o que mais gostam na terra em que faltam adjetivos para classificar sua natureza privilegiada.

[...]

FERNANDO WILLRICH – presidente do Secovi (Sindicato da Habitação) de Florianópolis/Tubarão.

- ***Como combater o crescimento desordenado e as favelas?***
Este grave problema social demanda políticas públicas urgentes, pois além da perda de arrecadação, afeta a segurança e a saúde. Um exemplo é o número de casos de Covid-19 nas comunidades mais pobres. **É preciso fiscalização rigorosa e permanente**, e um trabalho educativo.
- ***O que fazer para ser ainda melhor?***
Investir cada vez mais em educação pública e de qualidade, em todos os níveis e conectada com os novos tempos, fortalecendo o empreendedorismo. Foco na inovação, som atração e retenção de talentos. Podemos sediar empresas de todos os portes, em especial nas áreas da tecnologia e entretenimento. **É essencial a redução da burocracia na aprovação de projetos imobiliários**. (RELATÓRIO ND, 2020, p. 35 – *grifos nossos*)

A entrevista do Grupo ND ao representante do setor imobiliário tratava do tema das favelas e o que poderia ser feito a respeito, mas encerra com a máxima “é essencial a redução

da burocracia na aprovação de projetos imobiliários”. Este posicionamento não possui nada de aleatório ou despropositado, é uma defesa de posição da classe.

Para as favelas de hoje e de amanhã em Florianópolis, assim como os respectivos moradores dessas favelas, o apelo do representante da burguesia foi pela “fiscalização rigorosa e permanente” – por parte do Estado. Ainda que à primeira vista a última palavra do Sr. Fernando Willrich pareça desconexa ao assunto, aqui é possível notar a atualidade do pensamento de Engels (2015): as “não prioridades” dos capitalistas determinam as “não prioridades” do Estado que está sob a sua guarda.

A resolução do problema de escassez de moradia à classe trabalhadora em Florianópolis, assim como no Brasil, não é uma prioridade para a burguesia. Um estudo da Fundação João Pinheiro identificou que o déficit habitacional do Brasil em 2019 foi da ordem de 5,876 milhões de domicílios (FJP, 2021, p. 113). Quando a análise foi feita por estados, observou-se que Santa Catarina apresentou um déficit de 150.793 domicílios, com cerca de 20% dessa escassez (déficit de 31.914 domicílios) concentrada nos municípios da Grande Florianópolis (FJP, 2021, p. 115).

Não sendo a moradia uma prioridade à burguesia, igualmente não será uma prioridade para o próprio Estado. O que eventualmente preocupa a burguesia seriam os efeitos indesejados da manutenção desta situação, a exemplo do crescimento de casos de COVID-19 em lugares onde há a aglomeração pessoas ou a falta de saneamento básico.

Feitas essas primeiras considerações sobre o alinhamento das ações do Estado e os projetos da burguesia a partir das ideias de Engels, tornaram-se mais nítidos os contornos do descaso do Estado em relação à escassez de moradia para os trabalhadores. Todavia, isso ainda não explica a necessidade de se legislar em pleno século XXI com expressões como “afronta à ordem urbanística”. Aos olhos da burguesia, que tipo de “afronta” por parte dos moradores das favelas e das ocupações urbanas seria essa?

Uma possível pista poderia ser encontrada nas reflexões de Jaime Osório sobre o capitalismo dependente nos países latino-americanos e aquilo que ele chamará de *Estado de Contrainsurgência*.

2.2 UM ESTADO QUE CORTE O ‘MAL’ PELA RAIZ

Osório (2016) constatou que o processo de golpes de Estado nos países latino-americanos a partir da segunda metade do século XX, com a consolidação de ditaduras de caráter civil e militar, possui uma forte ligação com a *doutrina de contrainsurgência* ensinada nas escolas militares estadunidenses, por onde passaram inclusive diversos oficiais das Forças Armadas do Brasil. Aqui realizamos um recorte de sua obra, o qual permite compreender um dos pilares na narrativa de “afrenta à ordem urbanística” e “ameaça à cidade” em Florianópolis nos anos de 2021:

O núcleo dessa doutrina pode ser sintetizado em poucas linhas: **no contexto da guerra fria, os Estados ocidentais e democráticos sofreriam ofensivas do comunismo tanto externas como internas**, pela via da preparação de quadros comunistas e ativistas no exterior que retornariam para se inserir nas sociedades e a partir dela levar a cabo as tarefas insurgentes, recrutando para tanto diversos atores sociais, como estudantes, dirigentes sindicais, militantes partidários e mesmo a população em geral, gerando desestabilização e permitindo que o comunismo ganhasse posições. Em poucas palavras, **a guerra já não é mais externa, mas, ao contrário, é fundamentalmente interna: o inimigo teria se incrustado no seio de nossas sociedades**. À luz dessa doutrina, a leitura sobre as mobilizações populares e sobre o ativismo em geral era de que estaria em curso a marcha ascendente da insurgência interna fomentada pelo comunismo internacional. (OSÓRIO, 2016, p. 216 – *grifos nossos*)

Sob as lentes apresentadas por Jaime Osório em relação à doutrina de contrainsurgência, é possível retornar ao discurso da “cidade ameaçada” e perceber que o Grupo ND caracteriza a ameaça como um grupo de pessoas ligadas a organizações criminosas, cujo combate demandaria estratégias de polícia ou de guerra:

Os invasores de áreas particulares ou públicas **não são trabalhadores**, pessoas humildes e de bem, não são vítimas da sociedade como alegam alguns políticos à caça de votos. **As invasões são orquestradas por membros de facções**, os mesmos que comercializam barracos e constroem em áreas invadidas, lavando o **dinheiro do tráfico**. (RELATÓRIO ND, 2020, p. 3)

A ameaça à cidade de Florianópolis, por essa perspectiva, não estaria sendo articulada em outra cidade ou país, ela já teria entrado em ação, e se inserido aqui dentro, nas favelas visíveis do centro da cidade. O inimigo já teria chegado, já estaria habitando “entre nós”, e precisaria ser urgentemente combatido. Caso contrário, Florianópolis poderia se tornar refém desses inimigos que se “escondem” nas nossas comunidades.

À guisa de exemplo, em 5 de agosto de 2020, houve uma operação de demolição de 3 (três) casas improvisadas no Alto da Caieira, que contou com o apoio de pelo menos 50 (cinquenta) policiais militares:

Moradias improvisadas no Alto da Caieira, em Florianópolis, são demolidas

Uma operação para conter a ocupação irregular em Florianópolis foi realizada na tarde desta quarta-feira (5). **Três moradias improvisadas foram demolidas na região do alto da Caieira.** A ação foi realizada pela Prefeitura, através da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente).

De acordo com a Prefeitura, a operação foi realizada após fiscais receberem denúncias dando conta de que moradores construíam irregularmente no local. Com as construções concluídas, os moradores venderiam o imóvel na internet.

O foco de toda a operação foi a estrada chamada de Transcaieira, no Maciço do Morro da Cruz. **A operação contou com mais de 50 policiais militares.**

A Prefeitura demoliu **dois barracos de madeira erguidos num terreno do município.** O local já conta com uma rede clandestina de energia elétrica.

Após destruir duas casas, os fiscais da Floram se dirigiram a **Ocupação Marielle Franco.** Os fiscais também circularam pela área. Lá, **demoliram a terceira casa e recolheram materiais de construção utilizados em uma obra de alvenaria** feita na área de ocupação. (MORADIAS, 2020 – *grifos nossos*)

Das três casas demolidas nesta operação, duas eram “barracos de madeira”, isto é, edificações construídas com tecnologia rudimentar quando comparadas com a tecnologia de construção desenvolvida pela humanidade até o momento. A terceira casa demolida, de alvenaria, com tecnologia um pouco mais complexa do que as anteriores, estava dentro uma ocupação urbana, a Marielle Franco, onde o Estado também recolheu materiais de construção civil. O pano de fundo das demolições foi constituído por cinco dezenas de policiais militares. Ressalte-se essa relação: 50 policiais militares para 3 casas improvisadas, sendo 2 destas casas barracos de madeira (ver Figura 3).

Figura 3 – Registro da ação de demolição de casas no Alto da Caieira. **Fonte:** Relatório ND, 2020. **Autor:** Anderson Coelho/ND.



Neste momento, analisando de modo mais detido a ação do Estado por meio das lentes do *Estado de Contrainsurgência* de Jaime Osório, pode-se notar que a racionalidade de combate a um “inimigo interno” do Estado foi capaz de justificar o destacamento de tamanho efetivo militar dentro do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis à plena luz do dia, como se esta fosse uma operação rotineira de combate ao crime organizado na cidade, ainda que não tenha sido apreendida nesta operação em específico nenhuma arma de fogo, nenhum dinheiro oriundo do tráfico, e nem mesmo os assim ditos “criminosos”. A única apreensão foi de materiais de construção. No atual contexto, poderiam estes materiais ser as ferramentas da “ameaça à cidade”?

O recente destacamento de tamanho efetivo militar para demolir três casas se deu em um país que por mais de duas décadas conviveu sob a tutela de uma ditadura civil e militar, fase a qual seguramente não foi revisada e depurada. Bastou-se o discurso da vinculação das casas improvisadas aos universos do crime e da irregularidade para afastar dúvidas sobre a ausência de processos básicos como a notificação de irregularidade ou zelo pelo direito à moradia. Note-

se que a Imprensa apresentou a tese de que levou o Estado a precisar tomar tal ação foi a partir de uma denúncia de que os moradores de tais casas, aqui sujeitos sem nome, mais tarde “venderiam as casas na internet” quando elas tivessem sido concluídas. Ainda que em agosto de 2020 não tivesse sido aprovada em Florianópolis a lei que estabelecesse um rito sumário de demolição destas casas apontadas como irregulares, o Estado já havia criado mecanismos para realizar suas demolições de modo sumário: os sujeitos que habitam tais lares não seriam vistos como trabalhadores, tampouco como seres merecedores de qualquer tipo de direito. Eles seriam vistos como “inimigos” da sociedade em uma “guerra interna”. E, em tempos de guerra, as leis são diferentes.

2.3 ANTES DA “GUERRA AOS INVASORES”, UMA ORIENTAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DOS MORROS

Uma das ilusões de ótica mais poderosas ao se observar uma paisagem esculpida pela ação humana é aquela que passa a impressão de que tal cenário “sempre foi assim”, que seria algo “natural”. Por vezes, o ângulo de visão é de tal modo apresentado que as eventuais dúvidas vão em outro sentido: “como poderia ter sido diferente daquilo que vemos agora?”.

Talvez, à primeira vista, seja compreensível a preocupação da burguesia de Florianópolis e de seu Estado com a matéria das favelas e a proliferação das construções apontadas como irregulares, em especial no Maciço do Morro da Cruz. Poderia se tratar de uma reação a um acontecimento ou processo que lhe seja estranho, ou seja, a tal “ameaça”.

Por outro lado, há registros do próprio Estado que apontam em uma direção contrária ao estranhamento ou à surpresa destas construções.

Reproduzindo parte dos passos percorridos na investigação de Santos (2009) dentro do Arquivo Histórico do Município Florianópolis, encontramos uma peça central à construção deste complexo quebra cabeça. A Lei Municipal de Florianópolis n.º 595, de 29 de outubro de 1927 (FLORIANÓPOLIS, 1927) mostra que as construções improvisadas não foram sempre um “problema” nesta cidade, pelo contrário, já chegaram a ser uma “solução” para o problema de moradia:

LEI N. 595, DE 29 DE OUTUBRO DE 1927

Permittindo a construcção de caixas de madeira com os requisitos hygienicos, fóra da zona central da cidade.

O Dr. Heitor Blum, Superintendente Municipal de Florianópolis.
Faço saber a todos os habitantes desde Município que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Ficam **permittedas as construccões de casas de madeira**, com requisitos higienicos necessarios, em terrenos fóra da zona central da cidade, onde os proprietarios possam abrir ruas e praças **de forma que as referidas edificações não sejam visiveis das ruas ou praças já existentes**. (FLORIANÓPOLIS, 1927, transcrito conforme redação original – *grifos nossos*)

É de suma importância recordar que a burguesia de Florianópolis daquela época, assim como o Estado por ela governado, ensaiava rupturas com o velho estilo de construção colonial da antiga Desterro e procurava impor aos edifícios da área central um padrão construtivo moderno e de cunho higienista, tirando de cena, entre outras formas de edificação, aquelas com madeira ou que remetessem à figura insalubre dos cortiços e barracos.

A permissão para construção de casas de madeira naquele contexto higienista dos anos 1927 seria possível mediante o atendimento de duas condições centrais: (i) que as casas de madeira fossem construídas fora do centro da cidade, isto é, na periferia; e (ii) de forma que estas mesmas casas não fossem visíveis a partir das ruas ou das praças que já existissem – em outras palavras: que elas se fizessem invisíveis.

Desse modo, a despeito das justificativas apresentadas hoje, que eventualmente facções do crime organizado teriam edificado ao longo de décadas milhares de residências em caráter precário sobre os morros de Florianópolis, estamos diante de uma ilusão de ótica fácil de se compreender com uma simples inversão de ponto de vista.

A cena vista da planície que remete à imagem de ameaça, quando vista a partir do morro em direção à planície e ao mar, nada mais é do que a fiel execução de um roteiro definido pela burguesia e seu Estado há quase um século, para que os trabalhadores edificassem seus lares e morassem longe do centro da cidade, e, se possível, longe das vistas dos “proprietários privados” do espaço nobre da cidade (ver Figura 4).

Figura 4 - Vista de Florianópolis a partir da Transcaieira, no Maciço do Morro da Cruz. **Fonte:** acervo pessoal do autor, 2021.



A modernização urbana de Florianópolis não seria um investimento barato e de breve realização, muito pelo contrário. Para trazer de fora e adaptar toda a tecnologia e os materiais necessários a execução dos empreendimentos que dessem a essa ilha uma certa semelhança à europeia metrópole de Paris, seriam necessárias enormes quantidades de capital, trabalho, e, principalmente, tempo.

Por precisar de uma força de trabalho em quantidade necessária trabalhar na nascente indústria da construção civil de edifícios de alto padrão na zona central, a burguesia de Florianópolis não poderia levar a cabo seu projeto de impor, de imediato e para todas as casas, o novo padrão construtivo. Lembre-se o padrão construtivo a ser “abolido” era, até então, a técnica predominante de construção, com casas de madeira instaladas na zona central da cidade.

Assim como qualquer empreendimento capitalista, a transformação do espaço urbano de Florianópolis, de um simples *valor de uso* para um *valor de troca* acrescido de um *valor adicional*, demandaria organizar um exército de trabalhadores cujo custo da *força de trabalho* permitisse uma melhor exploração desta mesma força.

Deste modo, permitir que trabalhadores construíssem para si casas de madeira, fora do novo padrão construtivo modernista, fora da zona central, mas ainda assim em Florianópolis, e

nelas habitassem; não teria nada a ver com um eventual esforço de caridade cristã ou gentileza de tal burguesia.

Para se poder fabricar toda a infraestrutura moderna e seus respectivos imóveis de múltiplos pavimentos, aqui tomados como um conjunto de produtos (mercadorias) de maior valor agregado, aceitar provisoriamente a “coabitação” daquelas casas de madeira dentro da mesma cidade seria uma forma de garantir simultaneamente a proximidade e um baixo custo da *força de trabalho* que daria corpo tal projeto modernizador: auxiliares, serventes, pedreiros, carpinteiros, encanadores, pintores, jardineiros, soldados, entre outros profissionais.

A forma como a burguesia respondeu à crise da expulsão de trabalhadores de suas antigas casas no centro da cidade foi justamente permitir que os mesmos pudessem, então, se abrigar na periferia, construindo suas novas casas com os materiais que estavam à sua disposição. Impor de imediato um padrão de construção mais elevado dessas edificações, destinadas a trabalhadores, inevitavelmente aumentaria o custo da *força de trabalho* disponível e a deixaria mais distante do local de produção. E essa estratégia rendeu frutos.

2.4 A “ORDEM URBANÍSTICA” E O ESPAÇO URBANO COMO VALOR DE TROCA

Entre os mais de 90 anos que se passaram entre 1927 e 2021, foi possível perceber que algo mudou dentro do Estado sobre olhar das edificações de madeira em Florianópolis, isto é, aquelas de moradias produzidas com tecnologia rudimentar quando comparadas às de alvenaria e de múltiplos pavimentos.

Conforme vimos anteriormente, em meados de 1927 houve a aceitação explícita e regulamentada por parte do Estado (com o evidente aval da burguesia local) de que tais construções poderiam ser feitas longe da zona central e das vistas das praças e ruas existentes até então.

Com a promulgação da Lei Municipal N.º 707, de 27 de janeiro de 2021, houve uma série de alterações no *Código de Obras* de Florianópolis, Lei Municipal Complementar N.º 60, de 11 de maio de 2000; com a inserção do conceito de *ordem urbanística* e uma série de instrumentos processuais que mudam este olhar, a exemplo da demolição sumária de casas de madeira, como as demolidas na operação do dia 5 de agosto de 2020:

TÍTULO III
DO CÓDIGO DE OBRAS

Art. 36. O Título III desta Lei Complementar altera, inclui e revoga dispositivos do Código de Obras e Edificações de Florianópolis (Lei Complementar nº 060, de 2000).

[...]

Art. 54. Inclui os arts. 43-C a 43-F, da Lei Complementar nº 060, de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43-C. O presente Capítulo desta Lei Complementar dispõe sobre os **atos infracionais e procedimentos de fiscalização para o atendimento da ordem urbanística**, ambiental e sanitária, exigindo do proprietário, possuidor, detentor do domínio, responsável técnico ou do construtor que assegurem a adequação do direito de construir às normas legais.

§ 1º Para efeito de aplicação desta Lei Complementar **considera-se afronta à ordem urbanística o descumprimento das disposições do Código de Obras**, Lei de Parcelamento do Solo, Plano Diretor, demais dispositivos pertinentes ao uso e ocupação do solo e legislação correlata.

[...]

Art. 66. Inclui a Seção V-A e o art. 58-A, da Lei Complementar nº 060, de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção V-A

Da Demolição Sumária

Art. 58-A **Poderá a fiscalização efetuar**, diretamente ou através de empresa contratada para este fim, a **demolição sumária** ou desfazimento de atividade, **quando considerada urgente para proteção da ordem urbanística**, meio ambiente e segurança pública ou de imóveis vizinhos, nos seguintes casos:

I - obras não licenciadas;

II - obra localizada em área de risco sem acompanhamento de responsável técnico;

III - risco iminente de caráter público;

IV - obra de muro frontal com alinhamento irregular;

V - obras em área pública; e

VI - obras em áreas de preservação permanente.

§ 1º A demolição sumária não se aplicará a construções consolidadas até a data de publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Executada a demolição pela municipalidade, o autor infrator deverá ressarcir as despesas operacionais à Administração Municipal." (FLORIANÓPOLIS, 2021 – *grifos nossos*)

Note-se, agora estamos diante de uma linha de ação do Estado completamente distinta daquela que sugeriria uma eventual tolerância com as casas de madeira para trabalhadores em 1927. A “ordem urbanística” mobiliza neste momento máquinas e policiais do Estado para demolir sumariamente, isto é, rapidamente, aquilo que seja visto como uma “afronta” ou “ameaça” a tal ordem. As favelas e as ocupações urbanas de Florianópolis, com suas casas improvisadas, neste contexto, são o alvo dessa nova legislação e racionalidade.

Esta guinada está associada a um processo de produção e acumulação de capitais imobiliário e financeiro a partir da exploração do próprio espaço urbano. Um processo no qual o déficit habitacional não é necessariamente um efeito indesejável ou dano colateral, mas uma questão central para o crescimento exponencial dos *Fundos de Investimento Imobiliário*.

Segundo um estudo da empresa que opera a Bolsa de Valores de São Paulo, a B3 (2021, p. 11), até o ano de 2017 estes fundos tinham cerca de 100 mil pessoas físicas como investidores, com um capital investido da ordem de R\$ 23 bilhões. No ano de 2019, o número de investidores do tipo pessoa física passou para mais de 600 mil, com um capital investido da ordem de R\$ 67 bilhões. Todavia, a grande surpresa foi descobrir que mesmo com a chegada da pandemia da COVID-19, estes números continuaram a crescer. Ao fim do primeiro semestre de 2021, estes fundos contavam com 1,4 milhões de investidores do tipo pessoa física, e com um capital investido da ordem de R\$ 90 bilhões.

As reflexões de Santos (2009), Engels (2015) e Osório (2016) permitem compreender que, em Florianópolis, tal movimento do presente não é em si antagônico com posicionamento de 1927, mas justamente uma continuidade daquele, no sentido de preparação de uma nova etapa da produção e acumulação capitalista neste território. A recém legislada “ordem urbanística” em Florianópolis trata-se do trabalho zeloso por parte da burguesia e seu Estado para manter artificialmente os preços dessa mercadoria. Aqui está a “afronta” protagonizada pelas casas improvisadas, a “ameaça” à cidade materializada nas ocupações urbanas. Tornar a mercadoria moradia acessível aos trabalhadores implica mexer no preço por ora restrito a um seleto mercado de luxo.

O trabalho de higienização daquilo que, aos olhos da burguesia, é visto como uma “sujeira”, nada mais é do que um exercício de artificialmente valorizar o preço dos imóveis comercializados na zona central da cidade. A ameaça à cidade, ao fim e ao cabo, é tão somente uma ameaça à produção e à circulação destas mercadorias.

3 O DISCURSO DA “CIDADE AMEAÇADA” E A DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO

Esta seção trata da disputa pelo espaço urbano na narrativa da “cidade ameaçada”. E o faz começando pela mais simples recordação da *terceira lei Newton*: para toda a ação sobre um corpo, há uma correspondente reação, de igual intensidade e em sentido contrário.

Evidentemente, tratando-se de relações sociais, a matéria aqui analisada é muito mais complexa do que a dinâmica de corpos modelada pela física. Por outro lado, este pressuposto é rico para ilustrar a dinâmica da luta de classes antagônicas em curso no discurso da “cidade ameaçada”.

Há neste discurso, de fato, uma espécie de “força” a qual ameaça a ordem existente, que contesta pressupostos tidos até então como “naturais”. Em outras palavras, a burguesia é coerente com o seu projeto ao apontar para determinadas construções e determinadas pessoas e dizer que “aí está uma ameaça à cidade”, ou, de modo mais franco “uma ameaça aos nossos projetos”.

Aquilo que se tem como “cidade”, aos olhos da burguesia, não é necessariamente um espaço aberto e democrático, principalmente quando a exclusividade de determinados espaços e serviços possibilitam um aumento do preço da mercadoria “espaço urbano construído”. Quando movimentos sociais reivindicam o acesso à cidade como um direito, ou quando trabalhadores ocupam espaços do território e neles constroem suas edificações por um caminho distinto do que se considera o “normal”, há aí uma preocupação com a manutenção da instituição *propriedade privada*. E, para a manutenção dessa instituição, é fundamental a *Ideologia*.

3.1 IDEOLOGIA: A LUTA QUE SE DÁ “NA CABEÇA DAS PESSOAS”

Não há como negar essa característica imponente do modo de produção capitalista: ele transforma o espaço habitado pelo ser humano em uma velocidade sem precedentes. A própria cidade de Florianópolis, em menos de um século, mudou completamente sua infraestrutura, incorporando-se ao modo de produção de capitalista como um polo local de sua produção. Não é por acaso que hoje existem aqui universidades, hospitais, pontes, estradas, terminais de ônibus, órgãos do Estado, igrejas, empresas, parques tecnológicos, centros de compras, entre outros.

Por outro lado, como já pudemos estudar na seção anterior, essa imponência se dá de modo contraditório e violento, com a expulsão de trabalhadores de espaços que antigamente eram comuns, inclusive para a habitação. Houve uma época na qual trabalhadores poderiam morar no centro de Florianópolis, ou mesmo próximo ao mar, mesmo sem dispor de uma grande quantidade de riquezas. A modernização urbana que se deu ao longo do século XX, de caráter burguês, expulsou os trabalhadores pobres para poder inserir na zona central equipamentos dotados de uma tecnologia de construção superior às rudimentares casas coloniais, ao passo que para esta recém criada periferia foi imposto o processo de invisibilidade.

Neste início de século XXI, aquilo que a burguesia tentou esconder tornou-se visível na Ilha até para quem a olha do continente e vê, nitidamente, os contrastes de seus morros. A solução adotada em 1927 tornou-se obsoleta, porque o discreto tornou-se explícito, e agora se tenta estabelecer uma nova “solução” para o efeito colateral desta produção: o discurso da ameaça a ser combatida.

Não é por acaso a associação das ocupações urbanas e de suas construções às imagens de milícias e de agentes do tráfico de drogas, possivelmente com fuzis. Estas imagens remetem a invasores que tomariam de assalto a cidade, expulsando pessoas de sua casa aos moldes do que fizeram os nossos burgueses com os trabalhadores que moravam no centro, ao longo da fase da modernização. É sabido por nossa burguesia que a maioria dos trabalhadores não dispõe de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para comprar um apartamento simples na área da Agrônômica. Do mesmo modo que não está sobre a mesa a possibilidade de um processo que torne essa mercadoria “mais barata” dentro da ilha.

O Grupo ND, assim como o seu jornal, tem uma missão cotidiana de reconstruir essa história a cada nova edição, buscando dar legitimidade a esta relação social, como se os imóveis em Florianópolis tivessem um preço tão restritivo porque “a cidade é turística”, porque “o material de construção está caro”, porque “as leis do Município engessam os empreendimentos”, porque “há muitos impostos”, porque “vivemos em uma ilha”... Todavia, em momento algum se coloca abertamente a relação entre a apropriação privada do espaço construído e a sua condição socialmente imposta de *escassez* às massas trabalhadoras.

Em outras palavras, como já afirmado anteriormente, a crise de falta de moradias não é propriamente uma crise, mas, antes, um projeto. Projeto no qual a habitação construída no espaço urbano não é um direito, mas uma mercadoria produzida e comercializada. Para garantir

a produção dessa mercadoria, não há o efeito acidental da expulsão de pobres, porque a própria expulsão de pobres de áreas a receber os investimentos imobiliários é uma condição intrínseca à tal produção. Aqui reside uma das trincheiras da luta de classes.

Segundo estudos de Marcondes Filho (1994) sobre *Ideologia*, a luta de classes não se dá apenas em confrontos físicos (como a ação da polícia na demolição de malocas), mas também por meio de uma disputa de ideias entre as próprias classes. E aqui entra em cena o papel de disseminação e exaltação da ideologia burguesa em meios de comunicação de massa como a televisão, o jornal, o cinema e a rede social. Há uma luta a qual se trava também “na cabeça das pessoas” (MARCONDES FILHO, 1994, p. 17).

À guisa de exemplo, assim como se pode observar no próprio slogan “cidade ameaçada”, há um alinhamento político entre a ação do Estado na demolição das casas improvisadas, com o aparato policial, e a apresentação de uma série de argumentos no jornal que justifica tal ação como necessária, para a “prevenção” e o “combate” ao crime organizado.

Não é aleatório o Editorial de que os ditos invasores “não são trabalhadores”, ainda que nitidamente eles pertençam à classe trabalhadora. O recado passado aos outros trabalhadores que leem o jornal é de que a luta daqueles despossuídos apontados como “ameaça à cidade” não tem qualquer relação com a luta de quem tem um lar mas paga aluguel tão caro, por exemplo. Ao invés da solidariedade entre os que possuem e os que não possuem, afirma-se que é preciso vigiar os que não possuem, isto é, aplicar sobre a assim dita “fiscalização rigorosa e permanente” orientada por representantes de nossa burguesia.

Antes de avançarmos na análise, é oportuna uma reflexão mais detida sobre as conexões políticas do Grupo ND com a burguesia.

3.2 ALGUMAS CONEXÕES POLÍTICAS DO GRUPO ND

O Grupo ND é um conglomerado de empresas de comunicação criado em 2019, a partir de uma cisão de parte das empresas do Grupo RIC, vinculado à Rede Record, que abrangia Paraná e Santa Catarina. Tem sede em Florianópolis, possui 6 emissoras de TV, opera localmente o canal Record News SC, um jornal impresso, o Notícias do Dia, e um portal de internet, o ND + (REDAÇÃO ND, 2019).

A Rede Record, ao seu tempo, é de propriedade do bispo Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus. E, a Igreja Universal, além de uma igreja, também

possui considerável influência política por todo o país, tendo um partido político próprio, o Republicanos, e eleito diversos de seus pastores a cargos como vereadores, deputados e prefeitos. No Congresso Nacional, estes quadros compõem a assim dita Bancada Evangélica, e são base de apoio do governo de Jair Messias Bolsonaro.

As empresas do Grupo ND, assim como a Rede Record, tem grande influência dessas conexões da Igreja Universal e do bispo Edir Macedo. Há horários em sua programação de TV destinada para cultos e eventos religiosos, uma defesa intransigente das assim ditas pautas “cristãs” e “da família”, não raro alinhadas com discursos homofóbicos, moralistas e autoritários. O jornal Notícias do Dia, por exemplo, possui entre seus colunistas figuras públicas como Moacir Pereira, Rodrigo Constantino, e Alexandre Garcia.

Em âmbito local, o Grupo ND vende soluções de publicidade na forma de reportagens, intitulada *publieditorial*, uma combinação de publicidade com editorial. De modo sintético, seriam propagandas de determinadas empresas ou entidades com a cara de entrevistas ou reportagens. Alguns exemplos que podem ser citados são o *Garimpo FIP* (vinculado às lojas FIP do ramo de vestuário), o *Unimed – nosso jeito de cuidar* (vinculado à cooperativa Unimed, que comercializa planos de saúde); o *JBS – alimentando o mundo com há de melhor* (vinculado ao grupo empresarial JBS, de proteína animal); ou, ainda, o *Pulsar e Prosperar Floripa* (vinculado às atividades da ACIF, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis).

Deste modo, é preciso levar em conta que o Grupo ND não trabalha apenas com jornalismo e comunicação. Há aí um papel central na disseminação da ideologia burguesa e de um projeto de cidade vinculado ao discurso da “cidade ameaçada”.

3.3 O JORNAL COMO DIVULGADOR DE UM PROJETO DE CIDADE

Como abordado recentemente, é sabido que, no modo de produção capitalista, os meios de comunicação de massa não se limitam a apenas divulgar informações, eles também disseminam ideologia. No caso do slogan “cidade ameaçada”, é possível agora revisitar o material pelas lentes de Engels (2015), Santos (2009) e Marcondes Filho (1994), e descobrir as sutilezas de uma publicidade burguesa por meio das notícias.

O discurso da “cidade ameaçada” está alicerçado sobre um projeto de cidade da burguesia de Florianópolis, assim como o foi a possibilidade das construções invisíveis em 1927. O portfólio mais elaborado deste projeto de cidade, até o momento, é o encarte homônimo

publicado pelo Grupo ND em 22 agosto de 2020. E ousamos levantar a hipótese de que muitos atores sociais não tenham se dado conta da relevância daquele documento.

Na apresentação da justificativa do caderno especial, que se inicia já na capa (Figura 1), associam-se imagens de um morro de Florianópolis com outro do Rio de Janeiro, acrescentando-se a legenda “Favela do Vidigal” e os termos “ameaça”, “invasões”, “crime”, “desvalorização”, e, evidentemente, uma seção de “soluções” propostas por “especialistas”.

Aqui, existe um detalhe sutil o qual vale a pena nos determos: na única aparição da palavra “soluções” (ou solução) à capa, o que deve ser combatido seria tão somente [sic] “as invasões”. Tal linha de raciocínio é reafirmada no Editorial, “Basta às invasões”, e na seção de “Ações efetivas e as competências para reduzir irregularidades”. Para ilustrar a centralidade das invasões, realizamos um recorte do 3.º bloco de perguntas apresentado pelo Grupo ND a cada autoridade entrevistada:

Quadro 1 - compilação de perguntas do Grupo ND a autoridades. Fonte: elaborado pelo autor a partir de Relatório ND (2020, pp. 20-21).

Autoridade entrevistada	3.º bloco de perguntas apresentado pelo Grupo ND
<i>Gean Loureiro (Prefeito de Florianópolis)</i>	A prefeitura pode assumir compromisso de contribuir no combate às invasões em busca por uma cidade melhor? Qual compromisso assumiria?
<i>Fabio Braga (Câmara de Vereadores)</i>	A Câmara pode assumir um compromisso de contribuir para combater às invasões e buscar uma cidade melhor? Qual compromisso assumiria?
<i>Felipe Cassini (Casan)</i>	A Casan pode assumir compromisso de ajudar a evitar invasões? Meta e prazo.
<i>Cleicio Poletto Marins (Celesc)</i>	A Celesc pode contribuir no combate às invasões e busca por cidade melhor? Meta e prazo.
<i>Ari Geraldo Neumann (Crea-SC)</i>	O Crea pode contribuir para combater invasões?
<i>Antonio Moser (Creci)</i>	O Creci pode assumir compromisso de contribuir para combate às invasões e na busca por uma cidade melhor? Caso positivo, qual compromisso o órgão assumiria? Meta e prazo.
<i>Luciana Pilati Polli (Ministério Público Estadual)</i>	O MPE pode assumir compromisso de contribuir para o combate às invasões e busca por uma cidade melhor? Qual compromisso assumiria?
<i>Marcelo Scherer (Defensoria Pública do Estado)</i>	A Defensoria Pública pode assumir um compromisso de contribuir para o combate às invasões e na busca por uma cidade melhor? Em caso positivo, qual compromisso o órgão assumiria? Meta e prazo.
<i>Fernando André (1.ª Região PMSC)</i>	A PM pode contribuir para combate às invasões?
<i>Eduardo Barragan (Ministério Público Federal)</i>	O MPF pode assumir um compromisso de contribuir para essa questão de combate às invasões e busca por uma cidade melhor? Caso positivo, qual compromisso o órgão assumiria? Meta e prazo.

Em todas as entrevistas apresentadas naquela seção houve pelo menos uma pergunta para cada entrevistado sobre a entidade poder firmar um compromisso ou dar uma contribuição no combate às invasões. Em alguns casos, solicitou-se ainda meta e prazo.

Para aquilo que se aponta como problema central (as invasões), adotou-se como solução uma bandeira de “combate às invasões”, uma palavra de ordem que agrega diversos indivíduos e organizações em torno de uma proposta comum. As similares perguntas a autoridades da Prefeitura, da Câmara Municipal, Polícia Militar, entre outros, possibilitou a costura de uma série de pontos de vistas que sugeririam a existência de um consenso na sociedade ao redor desta bandeira.

Aos moldes de um contrato, no qual diferentes partes assumem compromissos e deveres mutuamente, o projeto serviu para firmar estes compromissos entre os entrevistados. Em parceria com a Câmara Municipal, a Prefeitura se comprometeria a alterar o código de obras para acelerar processos de demolição. As companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água se comprometeriam a atuar em conjunto com a fiscalização da Prefeitura e da Polícia Militar. Os Conselhos de classe contribuiriam com denúncias. A Polícia Militar e órgãos de justiça, ao seu tempo, ofereceriam o suporte material do Estado, inclusive bélico, para fazer valer a “ordem urbanística”. O próprio jornal, ao seu tempo, trataria de sintetizar esses acordos e apresenta-los aos moldes de um dever cívico que depende de todos, com direito a anúncio na contracapa:

Relatório ND: você acaba de ver um **jornal cumprindo seu papel.**

Agora, **Florianópolis precisa que você também cumpra o seu.**

Não basta denunciar, é preciso agir. Não basta apontar culpados, é preciso assumir as responsabilidades. Mas **quem são os responsáveis por transformar Florianópolis?** A resposta é **cada um de nós.** É tarefa do poder público, em todas as suas esferas, mas **também é missão da indústria, do comércio, dos grandes empresários.** Do legislativo, mas também do executivo, do judiciário, do ministério público. Das escolas, cursos, universidades, mas também dos estudantes. Dos grandes meios de comunicação, mas também das redes sociais, seus gestores e influenciadores. Das federações, associações, organizações, mas também do indivíduo e sua capacidade de mobilização. **Denuncie, cobre, lute, faça o que puder ser feito.** Ajude a fazer Florianópolis muito melhor, começando por você.

GRUPO ND (RELATÓRIO ND, 2020, p. 36 – *grifos nossos*)

A ideologia do combate às invasões no espaço urbano, e conseqüentemente do combate aos invasores, elege um inimigo interno e procura envolver uma série de atores nessa empreitada, não se limitando à burguesia, mas buscando também, e principalmente, alcançar frações da classe trabalhadora.

Como acontece em uma religião, procura-se estabelecer um conjunto mais ou menos rígido de regras (ou dogmas), ao ponto de que as ações que quebrarem tais regras deverem ser condenadas pelos seus seguidores. Os invasores são apontados como transgressores da ordem urbanística. Assim como “pecadores” ou “hereges”, as suas casas irregulares representam uma ameaça a tal visão de mundo. No ritual das demolições arbitrárias, o agente do Estado que demole a construção irregular torna-se comparável a um sacerdote que “remove as impurezas” da cidade.

Os dogmas também se aplicam à superficialidade das análises e dos debates nos círculos de nossa burguesia. Na ideologia do combate às invasões não são realizadas discussões mais profundas sobre as razões que levam uma pessoa a se tornar um invasor. Não se pergunta sobre as histórias e as trajetórias de vida de tais portadores da “ameaça à cidade”. Tampouco se indaga se o elevado custo de acesso a um imóvel não interferiria neste processo de transgressão.

Portanto, de modo lúcido e preciso, a obra de Colosso e Sugai (2020) analisou que o caderno “cidade ameaçada” reuniu uma série de reportagens nas quais foram reproduzidos “estigmas que vinculam as ocupações e área de informalidade a uma gente perigosa”, sujeitando estes trabalhadores a diversos estereótipos e preconceitos. Estes trabalhadores, aos olhos da burguesia, não mereceriam sequer o status de gente:

O noticiário desumaniza pessoas e parece ignorar que a imensa maioria dos que moram ali são trabalhadores, não apenas nas atividades informais. Muitos trabalham nos supermercados, como motoristas de ônibus e caminhões, em shoppings centers, escritórios, na política militar e até no serviço público. Ao dizer que as favelas e seus modos de vida desvalorizam os bairros do entorno, trazendo imagens de habitações precárias e de criminalidade, essas opiniões fortalecem estereótipos e estigmas. Somado à omissão do poder público, **esse discurso legitima a ação violenta de policiais despreparados a baterem nesses trabalhadores e na juventude negra e pobre, pois responsabilizam esses trabalhadores e suas famílias pela depreciação e pela ameaça à cidade**. É importante lembrar que esse tipo de opinião, quando publicada em jornais com grande circulação local, ganham ar de legitimidade pública. (COLOSSO; SUGAI, 2020 – *grifos nossos*).

Até o momento, tudo sugere que o projeto de cidade da burguesia estaria seguindo de modo incoercível, definindo leis mais rigorosas e envolvendo até parcelas da classe trabalhadora a se engajar na ideologia de combate às invasões. Não há como negar a consolidação de instrumentos de repressão como a Lei n.º 707/2021 e o instituto da demolição sumária.

Ao mesmo tempo, como o modo de produção capitalista é permeado de contradições, há uma parte da história não contada pelo Grupo ND.

3.4 OS GRITOS SILENCIADOS, MAS EVIDENTES, DAS OCUPAÇÕES URBANAS

Uma das contribuições mais belas à luta de classes é a inspiração que ela fornece a trabalhadores que se dedicam a elaborar obras de arte que versam sobre a própria luta da classe trabalhadora. O poeta cubano Agustín Acosta possui um belo e violento poema intitulado *Castigo*, o qual merece destaque nesta monografia:

Castigo

Llegué al final del negro muro. Solo,
 en lo más alto y ríspido, moría
 un arbusto, sin luz y sin cuidado.
 Yo no pude escalar el alto muro,
 yo no pude dar luz al pobre tronco;
 pero elevé con humildad al Cielo,
 una dulce oración: “¡Dios, Tú, que puedes,
 derrumba el paredón que la luz roba
 al pobre arbusto moribundo!”
 Luego,
 después de siglos, nuevamente un día
 pasé por el lugar de mis andanzas
 y el árbol era gigantesco brote
 de cuya rama superior pendía
 el cuerpo de un ahorcado... (500 POESIAS, 1975)

A história narrada por Agustín fala de um arbusto moribundo, à beira da morte, sufocado por um grande muro o qual não lhe permite ter contato sequer com a luz do sol. Com um certo ar de impotência e frustração, o poeta afirma que não foi capaz de escalar o muro e tampouco de levar um pouco de luz ao arbusto cuja situação lhe despertou sentimentos de empatia e de solidariedade. Dentro daquilo que estava ao seu alcance, rezou para que o grande muro fosse derrubado. Após um período de séculos, o autor voltaria à cena e perceberia que no lugar do arbusto moribundo havia uma grande árvore, com robustez tal a ponto de haver na ponta do galho mais alto, pendido, o corpo de um homem enforcado.

Longe das interpretações triunfalistas de uma revolução francesa com forcas e guilhotinas, a situação dos trabalhadores que vivem em ocupações urbanas em Florianópolis pode ser comparada a este arbusto sufocado do poema de Agustín, que enfrenta uma série de

carências diariamente, cujos direitos têm sido violados há anos: moradia, saneamento, segurança, saúde...

O grande muro pode ser comparado aos edifícios modernos que, de tão altos, lhes tapam a paisagem e até mesmo a luz do sol. O bloqueio não é propriamente físico. Assim como a luta de classes, essa barreira pode se dar por meio de uma segregação nas ideias, nas leis, nas notícias, talvez discretas na redação, mas com efeitos práticos na segregação do espaço. Ao contrário do que se aponta ao Maciço do Morro da Cruz nas páginas do jornal do Grupo ND, são se ousa questionar se os edifícios de alto padrão na Avenida Beira Mar Norte também não seriam algum tipo de “ameaça” à ordem urbanística da cidade. Não se aponta aos *beach clubs* de Jurerê Internacional a acusação de potenciais danos ao meio ambiente³.

O tempo secular, igualmente, é uma categoria analítica de grande valia. À primeira vista, tal muro parece impossível de ser escalado, do mesmo modo que a situação do arbusto moribundo parece impossível de ser alterada. Todavia, tais processos somente parecem imutáveis à primeira vista.

O minucioso estudo de Santos (2009) demonstrou que a construção de milhares de casas hoje instaladas nos morros de Florianópolis foi um processo que se deu de modo paulatino, ao longo de décadas. Se por um lado a instalação de residências nos morros inicia-se com um processo de expulsão de pobres da área central, por outro lado, igualmente, há de se considerar que estes trabalhadores compreenderam que nas áreas de difícil acesso, e desprezadas pelos ricos, seria possível a fixação de seu lar em um lugar próximo à área central – apesar da política de expulsão. Tal ponto não é menor porque denota um exercício bem sucedido de sobrevivência, uma vez que o projeto original de quem estava dando nova cara a área central era manter estes trabalhadores distantes do seu território, a ponto de um dia até explicitar em lei que suas casas não pudessem ser vistas do centro. A luta de classes é secular.

³ Ainda que a matéria dos *beach clubs* da praia de Jurerê Internacional não seja objeto de estudo deste trabalho, é importante registrar que, em 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que parte destas construções deverão ser demolidas, de modo específico, aquelas instaladas em área de preservação permanente e que foram edificadas após 2006. Neste episódio, a linha de ação da burguesia da cidade não é apontar “ameaça à cidade” por eventual dano ambiental, pelo contrário: segundo a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), a ação judicial de demolição foi apontada aqui como uma “derrota para a cidade” (STROISCH, 2021).

À época da efervescência política pela abolição da escravidão ao fim do século XIX, a elite escravista da antiga Desterro valia-se dos jornais para defender que a abolição traria “ruína econômica” (SANTOS, 2009, p. 207). Simultaneamente, o pensamento arcaico da elite da época enfrentava uma rede de apoio à fuga de escravos que fazia desta mesma Desterro uma rota de fuga relevante, inclusive para outras províncias:

Desterro por ser porto marítimo **era rota na fuga de muitos escravos**, inclusive de outras províncias. A navegação era realizada também com marinheiros escravos e muitos dos mestres eram negros. Era natural que dessem passagem, encobrissem, auxiliassem ou mesmo realizassem fugas de seus irmãos. **Como Desterro era um porto com muitos marinheiros negros era uma base e conexão nas rotas de fuga e nas redes de solidariedade para ocultar escravos fugitivos**. Muitos desses escravos, até de outras províncias, que não eram conhecidos em Desterro, esconderam-se aqui, auxiliados pelos escravos marinheiros e os da cidade, escondendo-se nos cortiços de negros, nos Morros, ou no interior da Ilha. (SANTOS, 2009, p. 219 – grifos nossos)

Com as devidas proporções, é possível afirmar que os trabalhadores hoje acusados de praticar a “ameaça à cidade” de Florianópolis com seus barracos herdaram não apenas as dores desta secular luta por um lugar ao sol ou ao mar. Herdaram igualmente os princípios, os saberes e práticas de seus antepassados, aqueles que foram submetidos ao jugo da escravidão, e, pouco a pouco, criaram suas próprias estratégias de sobrevivência e de enfrentamento.

É certo que a atual terra sobre a qual estes trabalhadores assentaram suas casas enfrenta, e continuará enfrentando no futuro, uma série de ataques e investidas por parte do Capital, pois o projeto de cidade estabelecido por nossa burguesia não se contenta mais em ter imóveis com preços elevados apenas nas áreas centrais ou próximas ao mar. O Maciço do Morro da Cruz é um potencial mercado para investimentos imobiliários e turismo de luxo, com uma vista única da cidade.

Estes lares de trabalhadores, aos olhos de quem não trata a moradia como um direito, são tomados por uma ameaça aos seus interesses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia, vimos que a questão social, forjada na antagônica relação entre capital e trabalho expressa-se na disputa pelo espaço urbano de Florianópolis, onde os meios de comunicação possuem relevante papel na disseminação de informações e de ideologia, influenciando a definição de regras e costumes, legitimando projetos, e justificando atos da classe dominante.

Abordamos igualmente uma luta secular entre classes, permeada por projetos de caráter modernista e higienista da burguesia local no século XX, a qual se valeu do Estado para expulsar trabalhadores da área central e suas proximidades dentro da ilha, deixando acessíveis a estes despossuídos tão somente os terrenos nos morros, de difícil acesso e mais afastados.

Falamos de um processo de segregação que se deu de modo paulatino ao longo de décadas, artificialmente aumentando o preço médio dos imóveis na cidade, agora orientados para um restrito mercado de luxo com valores que ultrapassam a marca de R\$ 8.000,00 o metro quadrado construído – custo que muitos trabalhadores não são capazes de arcar, sendo empurrados a viver fora da ilha ou na irregularidade.

É neste contexto que, em 2020, surge o mote da “cidade ameaçada” e a apresentação dos trabalhadores ocupantes das construções de caráter irregular e das ocupações urbanas como seres perigosos, cuja principal resposta por parte do Estado deveria ser a “fiscalização rígida e permanente”, além de ações de demolição sumária por parte da Prefeitura, acompanhadas de dezenas de oficiais da polícia militar, mesmo que tamanho efetivo seja para a destruição de dois ou três barracos de madeira.

A ostentação do aparato policial e militar, somada à interpretação dos jornais, permite fundamentar a imagem de um “inimigo interno” da sociedade, que não seria trabalhador, que não teria relação alguma com a cidade, que não seria portador de nenhum direito, nem sequer o da moradia.

Contudo, a partir de uma análise mais detalhada, foi possível perceber que este mote se alicerçou sobre um projeto de cidade da burguesia, o qual visa transformar o espaço urbano em mercadoria, a ponto de essa massa de trabalhadores e suas casas serem tomadas como uma ameaça aos interesses desta classe.

Portanto, a escassez de moradias a trabalhadores em Florianópolis não se trata propriamente de uma crise, mas de um projeto de cidade estabelecido por uma classe. Socializar as moradias, assim como a propriedade privada, não é de interesse de nossa burguesia.

Esta pesquisa também teve um conjunto de limitações, a exemplo das restrições impostas pela Pandemia da COVID-19. Sob outras condições, poderíamos ter elaborado uma pesquisa mais detida de diálogo e de visita presencial a lideranças e militantes destas comunidades acusadas de “afrontar a ordem urbanística”, registrar em um trabalho da academia perguntas e respostas a atores que não foram contemplados no caderno especial “cidade ameaçada”. No mesmo sentido, poderiam ter registradas fotografias da cidade a partir de outro ângulo do que a vista do morro a partir da planície, a exemplo da Figura 4.

Em termos de recomendações para futuros estudos, podemos citar a escassa aplicação de projetos de habitação de interesse social dentro da ilha, principalmente para aqueles trabalhadores que não compõem a classe média florianopolitana; o processo de privatização do espaço por meio da mudança dos nomes das ruas da cidade; a relevância histórica de associações comunitárias, escolas de samba e centros culturais na formação de redes de apoio a trabalhadores.

Por fim, lutamos por isso e acreditamos que chegará o dia em que os jornais da burguesia florianopolitana verão as belezas dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, com toda sua criatividade e inventividade, e permitirão que os sambistas daqui declamem poeticamente *Alto da Caieira* como Arlindo Cruz cantaria *O meu lugar*, homenageando o bairro de Madureira. Registro que, quiçá, não se daria mais nas páginas policiais, e sim nas colunas sociais:

O meu lugar
É cercado de luta e suor
Esperança num mundo melhor
E cerveja pra comemorar

O meu lugar
Tem seus mitos e Seres de Luz
É bem perto de Osvaldo Cruz
Cascadura, Vaz Lobo e Irajá

O meu lugar
É sorriso, é paz e prazer
O seu nome é doce dizer
Madureira, iá laiá [...]

REFERÊNCIAS

500 POESIAS Famosas de la literatura universal. 1.^a Ed. México: Editora y Distribuidora Mexicana, 1975.

B3. **Pessoas físicas:** uma análise da evolução dos investidores na B3, ago. 2021. Disponível em:

https://www.b3.com.br/data/files/EC/B5/B4/6F/6C63B71027085EA7AC094EA8/Book_PF-Agosto2021.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**, 20 set. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

COLOSSO, Paolo, SUGAI, Maria Inês. Cidade ameaçada? Panfletos catarinenses para tirar pobres da vista. **Carta Capital**, 29 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/cidade-ameacada-panfletos-catarinenses-para-tirar-pobres-da-vista/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ENGELS, Friedrich (Trad. Nélio Schneider). **Sobre a questão da moradia**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte, FJP, 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>

FLORIANÓPOLIS, Arquivo Histórico do Município de. **Lei número 595**, de 29 de outubro de 1927. Estado de Santa Catharina. Município de Florianópolis. Collecção de Leis e Resoluções de 1927, página 18. Typ. da Folha Nova. Florianópolis, 1918. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30.

FLORIANÓPOLIS, Câmara Municipal de. **Projeto de Lei Complementar PLC/01801/2019**. Dispõe sobre atos infracionais contra a ordem urbanística, estabelece procedimentos de fiscalização e dá outras providências. Disponível em: http://www.cmf.sc.gov.br/proclegis/TextoOriginal/PLC_01801_2019_Original.pdf. Acesso em 7 out. 2020. Texto original.

FLORIANÓPOLIS, Câmara Municipal de. **Lei Complementar 707/2021**. Institui o projeto Destrava Floripa, altera dispositivos da Lei Complementar n. 060, de 2000 (Código de Obras) e da Lei Complementar n. 374, de 2010 e dá outras providências. Disponível em: http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2021/lcpmf/leicom707_21.doc. Acesso em 25 mar. 2021. Texto original.

GIL, A. C. A Natureza da Ciência Social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1994, p. 19-26.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. 8.^a Ed. São Paulo: Global, 1994.

MICHAELIS. Dicionário Michaelis da língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 28 out. 2020.

MORADIAS improvisadas no Alto da Caieira, em Florianópolis, são demolidas. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/prefeitura-demole-tres-moradias-improvisadas-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>. Acesso em 7 out. 2020.

OSÓRIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2019. pp. 205-225.

PRÉDIO com 18 apartamentos é demolido em Florianópolis. **ND +**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/predio-com-18-apartamentos-e-demolido-em-florianopolis-veja-o-video/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

QUINTÃO, Chiara. Secovi-SP avalia como ‘excepcional’ ampliação do teto do MCMV. **Valor Econômico**. [s.l.], 6 fev. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/02/06/secovi-sp-avalia-como-excepcional-ampliacao-do-teto-do-mcmv.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2021.

REDAÇÃO ND. Grupo RIC agora é Grupo ND; confira os detalhes dessa mudança. **ND +**, 2 dez. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/tv/grupo-ric-agora-e-grupo-nd-confira-os-detalhes-dessa-mudanca/>. Acesso em: 20 set. 2021.

RELATÓRIO ND: Cidade ameaçada. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 22 ago. 2020. Caderno Especial. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>. Acesso em 7 out. 2020.

SANTOS, André Luiz; **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Orientador: Elson Manoel Pereira. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

STROICH, Bruna. STF determina demolição da estrutura de beach clubs de Jurerê Internacional. **ND +**, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/justica-brasileira/stf->

determina-demolicao-da-estrutura-de-beach-clubs-de-jurere-internacional/. Acesso em: 20 set. 2021.